



REFLEXÕES ACERCA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E PRECONCEITO RACIAL NA CRECHE

Mariana Pereira de Souza ¹
Lenilda Cordeiro de Macêdo ²
Valdelice da Silva Andrade ³
Ruty Kelly Pessoa Guimarães⁴

RESUMO

O contexto escolar é um espaço de interação social e de aprendizagem que possui uma diversidade de sujeitos. Assim sendo, o objetivo deste trabalho é refletir a construção das relações e papéis sociais no espaço educativo, para isso, analisamos uma creche da rede municipal de Campina Grande, em duas salas do Maternal A e Maternal B, ambas com 23 alunos com a faixa de etária de 2 anos e meio a 4 anos. Através do diário de campo e de entrevistas realizadas com as professoras das respectivas turmas, buscamos compreender as ações intencionais (ou não) que levam as crianças a agirem e se comportarem perpetuando atitudes racistas e preconceituosas. Portanto, analisamos documentos oficiais como o ECA (1990), a LDBEN (1996) e a BNCC (2017), e contamos com o aporte teórico de Candau (2010), Paulo Freire (1991), Galliano (1986) dentre outros. Essa pesquisa evidencia que algumas práticas corroboram para exclusão e distinção de sujeitos que não se encaixam num padrão social. No entanto, temos leis que garante uma educação de qualidade e que as crianças sejam visibilizadas de acordo com suas particularidades. Assim sendo, a formação continuada é um mecanismo que auxilia o (a) professor (a) a ressignificar suas ações pedagógicas.

Palavras-chave: Educação Infantil, Gênero, Educação Étnico-racial.

INTRODUÇÃO

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, apresenta em seu cotidiano reflexos das posturas assumidas dos diversos atores sociais que nem sempre são corretas e justas. Nessa perspectiva, acreditamos ser pertinente o debate desta temática que está tão presente no mundo adulto, mas que permanece invisível no meio infantil excluindo-os deste debate que torna-se fundamental nesta etapa onde estes conflitos também estão presente. Assim, objetivamos compreender como as creches observadas atuam frente aos conflitos apresentados pelas questões de gênero e raça. E, ainda refletir sobre como podemos combater

¹ Graduanda do Curso de **Pedagogia** da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, marianavalterlins@gmail.com;

² Doutora pelo Curso de **Educação** da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, lenilda18@servidor.uepb.edu.br;

³ Graduanda do Curso de **Pedagogia** da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, valdeliceandrade39@gmail.com;

⁴ Graduanda do Curso de **Pedagogia** da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, ruty.pessoa@gmail.com.



posicionamentos que atribuem papéis sociais pré-determinados que constroem, modelam e limitam as diversas formas de expressão das crianças.

Para tanto, utilizamos a pesquisa qualitativa, através de um diário de campo, para relatar todos os acontecimentos do cotidiano, e em busca de mais aprofundamento, realizamos entrevistas com as professoras responsáveis pelas salas de aula. As observações ocorreram em duas salas, uma de maternal A e a outra maternal B, tendo respectivamente 23 alunos cada, com faixa etária de 2 anos e meio a 4 anos. Também realizamos uma análise documental e bibliográfica consultando a BNCC (2017), o ECA (1990), a LDBEN (1996), e teóricos como Candau (2010), Paulo Freire (1991), Galliano (1986), dentre outros. O trabalho está organizado numa sequência de introdução, metodologia, referencial teórico, resultados e discussões, e considerações finais.

METODOLOGIA

Visto a necessidade de pesquisa a respeito das questões raciais e de gênero na educação infantil, optamos pela utilização da pesquisa qualitativa, pois a partir desse procedimento podemos deixar as pessoas envolvidas livremente, para se expressar e agir naturalmente. Para a produção dos dados utilizamos um diário de campo, para relatar todos os acontecimentos do cotidiano, e em busca de mais aprofundamento, realizamos entrevistas com as professoras responsáveis pelas salas de aula. As observações ocorreram em duas salas, uma de maternal A e a outra maternal B, tendo respectivamente 23 alunos cada, com faixa etária de 2 anos e meio a 4 anos.

As pesquisas com crianças nas instituições educativas exigem um olhar multidisciplinar isto porque, elas precisam ser percebidas do ponto de vista da alteridade, levando-se em consideração suas especificidades e singularidades, respeitando suas opiniões e experiências (MACÊDO e DIAS, 2015, p. 209).

Em face disto e observando a necessidade de fazer uma análise mais ampla do cotidiano das crianças e professoras, utilizando as técnicas de observação sistemática e, após as observações, realizamos entrevistas semiestruturadas. A pesquisa ocorreu em uma creche da rede municipal de Campina Grande, recém inaugurada, tendo sido construída pelo programa PROINFÂNCIA. As observações ocorreram durante 16 dias, em duas turmas, uma de maternal A e a outra maternal B. Ambas possuíam cerca de 23 crianças, com idade entre 2 anos e meio



e 4 anos. Realizamos oito dias de observação em cada turma. Todos os dados foram coletados durante o turno da tarde, e utilizamos o diário de campo para relatar as experiências com as crianças. Para conhecer mais a fundo a realidade, também usamos a entrevista como método de coleta de dados com todas as professoras, que totalizaram quatro, duas de cada turma. Com o intuito de preservar a identidade das crianças e das professoras, optamos por não usar seus nomes nos episódios descritos. Portanto, os nomes apresentados ao longo deste relatório são fictícios.

REFERENCIAL TEÓRICO

Indubitavelmente as relações sociais entre homens e mulheres foram construídas historicamente, e cada sujeito possui um papel pré-determinado, tido como correto e aceitável para atuar nas diversas esferas da sociedade. Nessa perspectiva, às instituições escolares recebem uma diversidade de sujeitos que possuem modos de ser, pensar, agir e se comportar de acordo com o contexto social, cultural, político e econômico no qual estão inseridos. Desse modo, desde a mais tenra idade a criança interioriza hábitos que são transmitidos pelos adultos, colegas, dentre outros sujeitos e, a partir daí vão construindo suas peculiaridades.

[...] No convívio social, as crianças pequenas constroem suas identidades, aprendem desde pequenas os significados de serem meninas ou meninos, negras e brancas e experimentam nas relações do cotidiano da creche e da pré-escola a condição social de ser criança (FARIA; FINCO, 2011, p. 62).

Nesse espaço de socialização e aprendizagem os sujeitos vão descobrindo e interiorizando regras, hábitos e comportamentos, muitos deles, transmitido pelos adultos “[...] Meninas e meninos sofrem diferentes formas de violências ao longo da infância e do processo de constituição de suas identidades [...]” (FARIA; FINCO, 2011, p. 63). Vale salientar que nesse ambiente as relações (entre adultos e crianças) são marcadas por fatores históricos, muitos deles, permeados por mazelas sociais que ainda estão presente na sociedade.

Compreendendo que nas instituições de ensino é preciso que o (a) professor (a) veja a criança como sujeito de direitos, em estágio de desenvolvimento peculiar que requer metodologias e um currículo que atenda suas especificidades, as práticas pedagógicas devem corroborar para a formação de sujeitos que respeitem as diferenças, a promoção da alteridade e tenham como princípio a dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, na creche as crianças devem aprender através de situações que promovam a valorização do outro, que permitam a



percepção e respeito às diferenças (física, intelectual, cultural, social). Com isso, é possível viabilizar outras formas de enxergar a si e ao outro, ressignificando as vivências das crianças e mudando nosso olhar em relação às questões que são naturalizadas e que, de forma inconsciente (ou não) causam exclusão, violência e constrangem os modos de ser de cada criança. Portanto, garantir que as crianças sejam incluídas nos diversos espaços que vivem, destaco as creches, por serem o lócus desta pesquisa, é fundamental para atuar em prol da minimização/eliminação das diversas formas de exclusão, discriminação e preconceito existentes, como afirma Candau (2010), quando nosso olhar deve ser ressignificado no que se refere a ‘nós’ e ao ‘outro’:

[...] Nossa maneira de situar-nos em relação aos “outros” tende ‘naturalmente’, isto é, está construída, a partir de uma perspectiva etnocêntrica. Incluímos no ‘nós’, todas aquelas pessoas e grupos sociais que têm referências semelhantes aos nossos, que têm hábitos de vida, valores, estilos, visões de mundo que se aproximam dos nossos e os reforçam. Os ‘outros’ são os que se confrontam com estas maneiras de situar-nos no mundo por sua classe social, etnia, religião, tradições, sexo e gênero, orientação sexual, características sensório-motoras e comportamentais, local de origem (CANDAU, 2010, p. 210).

Candau provoca reflexões para as diversas formas de inclusão e exclusão dos indivíduos, estimulando um olhar diferenciado em relação às concepções que rotulam, menosprezam e inferiorizam sujeitos que possuem um comportamento que difere do nosso e que somos incapazes, na maioria das vezes, de exercer a empatia. Nesse sentido, para além de uma formação para o exercício da cidadania e do trabalho, é preciso sensibilizar as crianças e os adultos tendo em vista que o processo de ensino e aprendizagem é construído através dessas relações e garantir a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Tal perspectiva, ocorre através de uma mudança de atitude, de comportamento e posteriormente, deve ocorrer em outros espaços, partindo da mudança individual para a coletiva.

Faria e Finco (2011) asseveram que:

Meninos e meninas desenvolvem seus comportamentos e potencialidades no sentido de corresponder às expectativas quanto às características mais desejáveis para o masculino e para o feminino. Muitas vezes a escola orienta e reforça diferentes habilidades nos meninos e nas meninas de forma sutil, transmitindo expectativas quanto ao tipo de desempenho intelectual mais adequado para cada sexo, manipulando sanções e recompensas sempre que tais expectativas sejam ou não satisfeitas (FARIA; FINCO, 2011, p. 69)

Preconceitos não nascem e não se aprendem nas creches, mas o que podemos observar é que mesmo em um ambiente que é de natureza acolhedora, por vezes, se torna um espaço



onde são praticadas diversas atitudes preconceituosas. Entre estes preconceitos, além das exclusões e desentendimentos ocasionados pelas questões de gênero, o preconceito étnico-racial também ganha espaço nestes ambientes.

Tendo em vista que a escola segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 9.394/1996, estabelece no Art. 3º que o ensino será ministrado com base em alguns princípios, sendo um deles a consideração com a diversidade étnico-racial. Deixa claro que é papel do professor intervir nas situações de exclusão, bem como antecipar a conduta das crianças, fornecendo uma educação que tenha como base a tolerância e o respeito com a diversidade. Cabe ressaltar que o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/1990, em seu artigo 5º diz que “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Tanto na LDBEN quanto no ECA é ressaltada a responsabilidades que os profissionais da educação possuem no que se refere a mediação desses conflitos para que os direitos e integridade de todas as crianças sejam mantidas.

Por vezes, de forma sutil, os livros didáticos perpetuam práticas discriminatórias que podem influenciar ou até mesmo reforçar pensamentos e atitudes das crianças, como citam Abramowick, Oliveira e Rodrigues (2010) apud Dias e Costa (2015, p. 169) ao falarem que as consequências destes estereótipos podem ocasionar uma autodepreciação da crianças, visto que esse material traz, em sua maioria, o negro em posição de subalternidade.

Considerando que grande parte das creches são ocupadas por crianças de situação periférica e de famílias carentes, em sua maioria negras, e que tem projetado sobre si um estigma de inferioridade herdado do Brasil colonial, fica evidente a necessidade de incluir no currículo escolar conteúdos que abordem esta questão a fim de evitar a propagação de atitudes preconceituosas e nocivas para a formação das crianças, assim como está exposto no Art. 26 da LDBEN – Lei nº 9.394/96 que ao falar sobre o currículo para a educação infantil, ensino fundamental e médio a borda no 4º parágrafo que “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”. Portanto, precisamos garantir que toda criança tenha acesso a estes ensinamentos para que reconheçam entre suas diferenças a igualdade que carregam enquanto seres humanos.

Destarte, precisamos ter uma prática voltada para a valorização das diferenças, almejando a sensibilização das crianças diante das atitudes preconceituosas e de exclusão.



Podemos, por exemplo, inverter os papéis que nas historinhas infantis são colocados os personagens brancos como principais e, em sua maioria, os negros em posições de subordinação com a finalidade de fazer com que as crianças compreendam que todas gozam dos mesmos direitos e podem ocupar qualquer posição que desejarem. Fomentando assim o posicionamento crítico das crianças para que sejam rechaçadas as colocações de subalternidade impostas pela visão racista e preconceituosa.

Sabemos que é na Educação Infantil onde nascem os sonhos das crianças, onde se espelham em personagens, profissionais, etc. Temos, enquanto professores, o importante papel de auxiliar as crianças no processo de desconstrução dessa visão racista e excludente que infelizmente está presente no Brasil e no mundo. Levar cada vez mais para as crianças a pluralidade cultural é essencial na formação de cidadãos que respeitam as diferenças seja de cor, raça, sexo, econômica, religiosa, social, etc., contribuindo para um convívio que caminhe para uma sociedade sem preconceitos ou discriminações, mais justa e menos desigual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Algo que chamou muita atenção nas observações foram as questões de gênero, de uma forma geral, essas questões já estão enraizadas na sociedade, mas não acreditávamos que ela estaria ligada as crianças desde tão cedo, é incrível como as interações sociais são determinantes para a formação do pensamento da criança, pois aprendem desde cedo com os adultos questões que já deveriam estarem extintas da nossa sociedade, como por exemplo o assunto das cores, que algumas pertencem única e exclusivamente para meninos e outras para as meninas. Essas questões devem ser discutidas e ensinadas desde a creche, pois é na mais tenra idade que se aprende atitudes preconceituosas, como no caso de Guilherme:

- “- olha tia, minha garrafa nova do Batman”. (Guilherme)
- “- Nossa... que linda, quem te deu?” (Eu)
- “- Meu pai comprou pra mim, e é de menino.” (Guilherme)
- “- De menino? Por quê?” (Eu)
- “- Ahh tia, porque é preta, e preto é cor de menino.” (Guilherme)
- “- E qual é a cor de menina?” (eu)
- “- Rosa é de menina e preto de menino.” (Guilherme)
- “- Meninas também podem usar preto, não existe cores de meninas nem cores de meninos, entendeu?” (eu)
- “- Não, tia, menino usa preto.” (Guilherme)” (Diário de campo, 24/10/2019- MA)



Assim como Guilherme muitas outras crianças falam e fazem a mesma coisa, só que no Maternal B, onde as crianças são maiores isso já ocorre de uma forma diferente e mais pesada, pois as crianças ficam rindo das outras, como por exemplo, na hora do lanche:

“Quando foram para o lanche, alguns meninos sentaram juntos. Na creche são disponibilizados vários pratos coloridos de plástico, e um dos meninos pegou um da cor Roxa:

‘- Olha o Prato dele.’ (Miguel)

‘- É de menina’ (Pedro)

‘- Roxo é de menina.’ (Luiz)

‘- Não é não!’ (Daniel)

‘- É sim.’ (Pedro)

‘- Ela ta com um prato de menina (risos)’ (Luiz)” (Diário de campo, 18/11/2019- MB)

Foi possível observar que a criança ficou chateada com a brincadeira de mau gosto dos colegas, pois os mesmos ficaram insistindo e rindo, a criança não se importava com a cor, mas com a forma com que as outras o tratavam, e isso faz com que a criança que pegou prato roxo não queira mais usar aquela cor e faça a mesma coisa com outras crianças, fazendo com que esse preconceito se perpetue. Esse sentimento também está presente no cotidiano dos professores, por vezes eles cometem erros desse tipo, como por exemplo na formação de filas:

“Durante todas as observações foi possível constatar que meninos se agrupam mais com meninos, e com as meninas da mesma forma, e na hora de formar a fila para ir para o lanche as professoras formam duas, uma para meninos, outra para meninas

‘- Vamos, cada um em sua fila.’ (Professora Rosa)

As crianças acabam se misturando e gerando assim uma certa indignação na professora

‘- Eu não acredito nisso, se misturaram e desfizeram as filas! Voltem para as filas certas, vocês não são meninas (se referindo aos meninos) e vocês não são meninos (se referindo as meninas).’ (Professora Rosa)” (Diário de campo, 23/10/2019 - MA)

Como na citação, isso ocorria constantemente, era perceptível que elas falavam essas coisas sem refletir, como autômatos, mas é por equívocos assim que hoje nossa sociedade é tão preconceituosa, pois quem deveria fazer a diferença, age de forma errônea. Essas culturas de preconceito racial, de gênero, étnico, dentre outros precisam ser desconstruídas desde cedo. Na educação infantil é fundamental intervenções nessa perspectiva. Não cabe mais uma professora ouvir e, até mesmo reforçar a desigualdade de gênero, quando faz filas de meninos e de meninas, quando não discute com as crianças, mesmo de 3 anos, que não existem cores de meninos e de meninas, mas, que a escolha da cor independe destas questões. Quando as professoras ignoram essas falas ou até mesmo reforçam tais comportamentos, fica evidenciado que a formação continuada, a reflexão sobre a prática, a observação e escuta das crianças é fundamental.



As professoras tentam condicionar as crianças a brincarem com coisas que se remetam aos seus sexos, como por exemplo, meninas brincam de boneca e meninos de carrinho, quando isso foge do padrão determinado pela sociedade como o correto, as crianças são severamente repreendidas. Alan brinca de boneca e de cozinhar diariamente, ele prefere brincar com aqueles objetos pelo fato de se remeter a seu dia a dia. Ele é filho de catadores.

[...] Em um determinado momento Alan estava com uma boneca, ele sempre brinca com bonecas, de cozinhar, coisas que na visão da sociedade são para mulheres, e na creche essa visão não é diferente. “Alan só gosta de brincar dessas coisas”. Afirma a Professora Maria. A professora afirmou esse fato com um tom de negatividade, como que pelo fato de ser um menino, não deveria gostar tanto de brincar com bonecas, era nítido o seu pensamento quanto a esse ato. Mesmo tão pequenas as crianças já sofrem preconceitos de todas as formas, seja por parte dos adultos ou pelas próprias crianças, mas no caso de Alan foi possível notar que ele brinca com o que tem, e principalmente usa sua imaginação [...] (Diário de campo, 18/10/2019-MA)

Os pais e professores, de uma forma geral, devem ser mais atentos a essas situações, as crianças podem e devem brincar com o que elas quiserem, independente do estereótipo que foi criado pela sociedade onde homens só usam determinadas cores, e meninos só devem brincar com objetos que se remetam ao universo masculino. O brinquedo é um objeto de diversão para as crianças, como no caso da criança citada, ela talvez não possuísse brinquedo algum em casa, então todos que encontrava na creche aproveitava ao máximo.

O preconceito é algo que vem perpassando muitos séculos, e nos dias atuais esse assunto vem ganhando grande evidência! Na creche, onde realizamos nossa pesquisa fomos surpreendidas, pois não esperávamos que crianças com apenas três anos ou menos praticassem esse ato. Isso ocorre pelo fato de estar enraizado na cultura a qual elas têm contato. Foi possível observar diversas cenas de preconceito, como por exemplo:

Luiza tenta por vezes brincar com algumas meninas, mas sempre é excluída, ela é negra e nessa idade já sofre preconceito e exclusão por parte de outras crianças, na sala de aula ocorreu da seguinte forma: Estavam todos sentados em círculo, quando Ana começa a bater em Luiza sem motivo algum:

-Tia, Ana me bateu...(Luiza)

-Por que você fez isso? (Professora Rosa)

-Ela que começou. (Ana)

-Não começou não, eu vi tudo, e você precisa ser amiga dela também (Professora Rosa)

A professora olha para mim e afirma: “Eu venho percebendo que as meninas excluem ela pelo fato de ser negra, principalmente Ana, eu tento unir, mas até agora não consegui.” (Diário de campo, MA, 17/10/2019)



O professor de uma forma geral deve estar preparado para agir em situações como estas, e interferir imediatamente quando presenciar cenas de preconceito. A professora citada, em específico, mostrava desconforto quanto àquela situação, mas deveria interferir de uma forma diferente. O papel do professor durante toda sua trajetória histórica nunca foi fácil, mas nos últimos anos exercer esse papel vem tornando-se cada vez mais difícil, como nesse caso de preconceito racial nítido, a professora deve interferir, mas como? Faz-se necessário uma intervenção efetiva por meio da conscientização e para fazer com que uma criança compreenda essa temática, o educador deve trabalhar de uma forma lúdica e criativa, ou seja, contar histórias, realizar brincadeiras que incentivem a união entre as diferentes raças e crenças, pois não é suficiente, apenas advertir uma criança, ou só conversar, é preciso apresentar toda a história por trás daquele ato de preconceito, para que todas as crianças compreendam a gravidade desse ato e não apenas aquela que praticou.

As instituições de Educação Infantil, e todos os outros segmentos, de uma forma geral, devem trabalhar efetivamente no seu currículo a introdução de assuntos como o preconceito racial, entre outros, pois, se desde a infância as crianças forem instruídas e sensibilizadas, muitos casos como esses poderiam ser evitados. A Base Nacional Comum Curricular afirma que:

Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos. (BRASIL, 2017, p. 40).

Com esse aporte teórico que vem guiando os passos de todas as instituições de ensino, podemos observar que o ensino deve abranger diferentes áreas, que possam possibilitar o contato das crianças com diferentes culturas, visando primordialmente o respeito e o reconhecimento das diferenças.

É notório que a criança ainda não percebe o que está acontecendo com ela, mas já compreende que determinada pessoa não quer estar perto dela por algum motivo.

É importante ressaltar que Ana também é negra, e, mesmo assim exclui sua colega por conta da sua cor. Luiza sempre tenta brincar, se aproximar, mas não obtém muito sucesso, então, na maioria das vezes brinca sozinha, senta na mesa dos meninos, porque junto com as meninas não consegue criar nenhum vínculo de amizade e já com os meninos ainda consegue conversar. (Diário de Campo, 17/10/2019, MA)



Pelo fato de não conseguir se aproximar de algumas crianças, Luiza acaba brincando sozinha, ou com os meninos, onde ela consegue se enturmar mais e receber aceitação. Essa é uma dura realidade que encontramos desde a creche e que deve começar a mudar, pois a criança pode crescer sentindo-se excluída. Toda essa cena ocorreu no Maternal A, e outra ainda pior ocorreu no Maternal B, uma exclusão nítida e com intenção por parte da criança:

Em um determinado momento, chega Sophia perto de mim e afirma o seguinte:

-Tia, ninguém gosta de brincar com

Lucas! (Sophia)

-Por quê?

-Ele tem muito bafo e os dentes dele são podre, ninguém fica perto dele. (Sophia)

-Mas você brinca com ele?

-Não, tia, ele fede! (Sophia)

-Mas a gente não pode deixar de brincar com ele por conta disso não, tem que ser amiga dele também, sabia?

-É? (Sophia)

-É sim. Você me promete que vai ser amiga dele?

-Prometo. (Sophia) (Diário de Campo, 12/11/2019- MB)

Quando se estuda criamos um modelo de creche ou escola ideal, mas quando nos deparamos com a prática entendemos realmente o que ocorre diariamente com várias crianças, como no caso de Lucas. As professoras já tem noção da situação, mas como não estão por perto e pelo fato de se dividir entre várias crianças, algumas situações como essa passam despercebidas, mas sempre que possível elas tentam reverter esse quadro, colocando ele perto de outras crianças e incentivando as outras a serem amigas dele. “A criança em questão é visivelmente mal cuidada, mas os pais são catadores e quando não está na creche ele é cuidado por vizinhos, o que acabou denegrindo sua saúde bucal, mas na creche estão tentando reverter o quadro, o ensinando a escovar os dentes todos os dias.” (Diário de campo, 12/11/2019- MB).

Como observado durante a pesquisa, a criança não possuía suporte necessário para ter uma higiene completa, não era filho único, tinha muitos outros irmãos e a renda familiar era baixíssima, então entre comprar uma escova e pasta, optavam pelo alimento. Lucas geralmente não vai para a creche nas sextas-feiras, pois havia um local onde distribuía sopa de graça e ele e a família chegavam cedo para conseguir garantir a refeição daquele dia. A partir do momento em que uma criança é retirada da escola, quando o seu ato de estudar é privado, seus direitos estão sendo feridos, e em especial o de Estudar. De acordo com o Art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) está exposto que a educação é um direito de toda criança e adolescentes e que esta deve atuar a fim do pleno desenvolvimento deste público, além de



prepara-los para o exercício da cidadania e qualifica-los para o trabalho. Portanto, o ECA assegura o direito ao acesso à educação plena e sem distinção de classes, ou seja, todas as crianças devem estar matriculadas e frequentando instituições de ensino. Entendemos que a situação da criança era realmente precária, mas a educação é primordial para que um dia sua vida possa mudar, como exposto por Paulo Freire:

Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um quefazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos. (FREIRE, 1991, p. 126).

A Educação sozinha não pode mudar toda a realidade do nosso mundo, mas sem ela torna-se ainda mais difícil, portanto, faz-se necessário garantir que crianças como Lucas tenham acesso contínuo à educação, pois por meio dela e unida a outros fatores sua vida possa mudar, e que seu futuro possa ser diferente do seu presente, cabendo à instituição possibilitar uma educação e cuidado de qualidade, mostrar para seus pais o quão importante é a educação e conscientizar para que ele possa frequentar diariamente a creche.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infelizmente, essa é uma realidade do nosso país, onde muitas crianças passam necessidades e também sofrem preconceitos por não se adequarem aos padrões que foram impostos como corretos pela sociedade. Mas, atualmente existem inúmeras leis de proteção e que asseguram os direitos de todas as crianças e adolescentes frequentarem creches e escolas.

A partir deste breve período de observação podemos perceber que a formação continuada para os professores em direitos humanos e direitos das crianças e dos adolescentes é imprescindível para que possam refletir sobre questões de discriminações e exclusão existentes no ambiente da creche. Também percebemos que é extremamente necessário que políticas públicas sejam criadas e ampliadas para que as crianças possam ter o seu direito à educação respeitado e não falem às creches pela falta de suprimentos para as suas necessidades básicas. Tais questões precisam também serem tratadas no âmbito familiar para evitar e combater a perpetuação de atitudes racistas e preconceituosas na sociedade. Por fim, não



podemos fechar os olhos e tratar com normalidade questões como estas que causam tanta dor e sofrimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069**. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

CANDAU, Vera Maria. Direitos Humanos, diversidade cultural e educação: a tensão entre igualdade e diferença. In:_____. **Direitos Humanos na Educação Superior: subsídios para a educação em Direitos Humanos na Pedagogia**. JP, UFPB, 2010.

COSTA, Rosilene Silva Santos da; DIAS, Adelaide Alves. Discriminação Racial: o que a creche tem a ver com isto? In: ANDRADE, Dídima Maria se Mello; JUNIOR, Arnaud Soares de Lima (org). **Educação e Contemporaneidade: contextos e singularidades**. Curitiba: CR, v.2, 2015, p.165 a 181.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (orgs). Sociologia da Infância no Brasil. In:_____. **A sociologia da pequena infância e a diversidade de gênero e de raça nas instituições de educação infantil**. Campinas, SP: Autores associados, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez; 1991.

MACÊDO, Lenilda Cordeiro de; DIAS, Adelaide Alves. A pesquisa socioantropológica com crianças em espaços educativos. In: LIMA JUNIOR, Anaud Soares; ANDRADE; Dídima Maria de Mello. **Educação e contemporaneidade: contextos e singularidades**. 1 ed. Curitiba: Editora CRV, 2015, p. 207- 220.